

NOTA técnica
AIPARDES
Nº 7

**A Macroeconomia Brasileira
e Paranaense nos Anos 2000**

Gilmar Mendes Lourenço

Curitiba
2010

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Orlando Pessutti - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Allan Jones dos Santos - *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Gracia Maria Viecelli Besen - *Diretora do Centro de Pesquisa*

Deborah Ribeiro de Carvalho - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thaís Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EDITORIAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Coordenação*

Ana Batista Martins, Ana Rita Barzick Nogueira, Léia Rachel Castellar - *Editoração Eletrônica*

Claudia F. B. Ortiz - *Revisão*

NOTA técnica AIPARDES

As notas técnicas do IparDES constituem breves abordagens sobre temas relevantes para a agenda de pesquisa e planejamento do Estado.

A MACROECONOMIA BRASILEIRA E PARANAENSE NOS ANOS 2000

*Gilmar Mendes Lourenço**

INTRODUÇÃO

Este texto contém a estruturação e descrição da evolução da macroeconomia paranaense nos anos recentes e o delineamento de algumas perspectivas, amparadas na interpretação das bases de crescimento brasileiro e das transformações estruturais e dos movimentos conjunturais registrados pelo aparelho produtivo operante no Estado e seus correspondentes nexos com a matriz de negócios nacional e internacional.

Inicialmente, o artigo expõe os determinantes da trajetória da economia brasileira no atual decênio, sublinhando as potencialidades e carências, e destacando os desafios a serem enfrentados pelo novo governo. Em seguida, o trabalho aborda os pontos fortes e fracos do encaixe da economia paranaense na dinâmica brasileira dos anos 2000, listando algumas linhas de ação prioritárias a serem perseguidas pelos agentes públicos e privados atuantes no Estado, e prospectando os problemas derivados de um rearranjo regional dos investimentos que favoreceria o Sudeste do país. Por fim, faz-se um esforço de resgate das ideias principais, contidas na abordagem desenvolvida, nas considerações conclusivas.

1 AVALIAÇÃO DA MACROECONOMIA BRASILEIRA

É consensual o diagnóstico de que parte expressiva do tempo do 1.º mandato do presidente Lula foi consumida com a perseguição da conquista da confiança dos agentes econômicos, por meio da intensificação da orientação conservadora herdada de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, notadamente entre 1999 e 2002.

* Economista, pesquisador do Iparides.

Na visão oficial, a conduta baseada na fina concatenação entre a busca de saldos fiscais positivos na contabilidade pública primária, a livre flutuação do real e o cumprimento das metas de inflação, conferiria o aceite à condição de solvência do governo, a atenuação dos riscos de vulnerabilidade externa e a previsibilidade da política monetária.

Mas a obsessão pela estabilidade monetária deixou à margem o investimento na compatibilização entre a macroeconomia e a construção de um projeto de crescimento para o país, apoiado nas reformas estruturais. Tanto é assim que, o ano inicial da gestão Lula, o exercício de 2003, foi marcado por pronunciada recessão, fruto do aperto monetário e fiscal, implementado pelo Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que insistiu em defender a não ruptura e a não repetição de erros velhos.

Em essência, a pretensão consistia em recompor o equilíbrio macro, ameaçado pelo ataque especulativo acontecido em 2002, atribuído aos receios dos mercados acerca da possibilidade de cumprimento das recomendações de modificações radicais no paradigma de ajustamento prevalecente desde a execução das reformas institucionais, no primeiro quinquênio dos anos 1990. O ataque poderia ter sido sufocado “por meio do derrame de quantias bem mais apreciáveis de dólares no mercado”.¹

Convém sublinhar que a aplicação do referido modelo produziu uma mutação do modus operandi da economia brasileira, que foi antecedida pela preparação e implantação de alguns aprimoramentos institucionais, desde a segunda parte dos anos 1980, como a redemocratização, a eliminação da superposição de funções de autoridade monetária entre o Banco do Brasil (BB) e o Banco Central (BC), especificamente com o fim da conta movimento, que tornava a política monetária refém dos descalabros fiscais, e a unificação dos orçamentos monetário e fiscal.

Entre os acontecimentos expressivos integrantes da transformação do paradigma sobressaem a flexibilização dos monopólios, a regulamentação das concessões dos serviços públicos, a liberalização comercial e financeira, a desregulamentação dos mercados, as privatizações, além da instauração e votação do impeachment, e posterior afastamento e renúncia, do presidente Collor, em 1992.

Cabe esclarecer que mesmo com a liberalização comercial e financeira ocorrida, o mercado brasileiro é considerado um dos mais fechados do mundo quando cotejado com a maioria dos países emergentes, de acordo com cálculos da Organização Mundial do Comércio (OMC), pois os valores das importações e da corrente de comércio estariam, em 2010, em 8,0% e 17,0% do Produto Interno Bruto (PIB), respectivamente, praticamente os mesmos patamares apresentados no início da década de 2000.

¹ LOURENÇO, Gilmar M. Dornbusch e a instabilidade financeiro-cambial brasileira. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.24, n.7/8, p.2-6, jul./ago. 2002.

Tal linha de reformas foi completada com o extermínio da superinflação indexada – que dilapidava orçamentos domésticos e empresariais –, graças à instituição da Unidade Real de Valor (URV), em março de 1994, substituída pelo real, em julho de 1994, que restabeleceu as funções clássicas de um padrão monetário estável: unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento.

Igualmente digno de nota foi a implantação e aplicação das leis de responsabilidade fiscal (2000) e de falências e recuperação de empresas (2005), o saneamento das instituições financeiras, requerido pelo fim do imposto inflacionário, o que inclusive facilitou a adoção das medidas anticíclicas em 2009, e a incorporação do real a uma cesta de moedas com representatividade financeira global, permitindo a ocorrência de operações cujos recursos, se agregados, superariam as correntes do comércio externo e de investimento direto brasileiras.

Expressão análoga pode ser imputada à adequação dos avanços sociais da Constituição de 1988, na forma de viabilização da execução e consolidação de uma retaguarda de proteção social, consubstanciada em programas oficiais de transferência de renda, destituídos, em grande proporção, das injunções de natureza política, características dos currais (ou das bênçãos) eleitorais prevaletentes no passado.

Os aprimoramentos elencados representariam a raiz do encaixe brasileiro no circuito ascendente do comércio internacional vivido desde 2002, o maior das últimas quatro décadas, magnificado pela supervalorização das *commodities* (agrícolas, metálicas e minerais), influenciada também pela onda das energias renováveis e pela utilização desses mercados como ativos financeiros, especialmente depois da vertiginosa queda dos juros internacionais, com o colapso das hipotecas *subprime*, a partir de 2006. A intensificação da articulação externa do país vem acontecendo nos segmentos industriais da área mineral e do agronegócio, para os quais o Brasil desfruta de considerável base de recursos.

Investigação da consultoria norte-americana Boston Group, situou o país em 3.º lugar entre as nações em desenvolvimento em número de companhias mais competitivas. Em uma relação de 100 empresas, o país possui 13, ficando atrás da China (41) e Índia (20). Ressalte-se que apenas 14 países em desenvolvimento possuíam empresas consideradas nessa categoria, a partir de avaliação de variáveis como lucro, faturamento e previsões de investimentos, de um universo de 3,0 mil organizações. As brasileiras em relevo seriam Gerdau, Vale, Odebrecht, Embraer, Weg, Tigre, Camargo Corrêa, Brasken, Coteminas, JBS-Friboi, Marcopolo, Natura, Perdigão, Petrobrás, Sadia e Votorantin.

Em plena ameaça de crise internacional, em fevereiro de 2008, a Vale acordou com algumas das maiores siderúrgicas do mundo, reajustes entre 65,0% e 71,0% para os preços do minério de ferro, o que significou a segunda maior elevação da história, que vigorou a partir do começo do mês de abril daquele ano. Esse episódio serviu para reforçar a estratégia da empresa de aumento da participação no mercado de mineração (carvão e

outros metais), por meio da captação de recursos externos superiores a US\$ 50,0 bilhões, objetivando sustentar a oferta de US\$ 90,0 bilhões para a aquisição da Xstrata, grande companhia anglo-suíça.

Com respeito ao avanço da produção de etanol e a eclosão do embate alimentos *versus* energéticos, avalizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), convém reter algumas informações relevantes à discussão. Especificamente a ideia de substituição de solos adequados ao cultivo de grãos por cana, parece exagerada no caso brasileiro. O plantio de cana ocupa menos de 1,0% da superfície agricultável do país; cresce a partir da incorporação ou conversão de pastagens degradadas e, por se encaixar nas exigências do sistema de rotação de culturas, contribui para o acréscimo na produção de alimentos.

Enquanto isso, os EUA empregam 4,0% das áreas aráveis no plantio de milho, destinado à fabricação de etanol, suprimindo menos de 2,0% da demanda de combustíveis automotivos do país. Ademais, contabilizam produtividade física inferior à metade da cana brasileira (3,0 mil contra 7,5 mil litros) e custo de produção três vezes maior.

Também é oportuno contabilizar a supremacia do consumo de álcool sobre o da gasolina, e da utilização de cana sobre a energia hidráulica na matriz brasileira. Tal resultado advém da combinação entre o avanço da fabricação e comercialização interna de veículos bicompostíveis e a lentidão na construção de novos aproveitamentos hidrelétricos, devido principalmente às restrições ambientais.

Com isso, a energia proveniente do emprego de fontes renováveis (hidroeletricidade e biomassa) passou a responder por mais de 46,0% do volume utilizado no país (convertido em tonelada equivalente de petróleo), contra menos de 15,0% da média mundial, centrada nos combustíveis fósseis – petróleo, gás natural e carvão mineral. Isso configura uma matriz mais limpa, resultado de vultosos investimentos em hidrelétricas nas décadas de 1960 e 1970 e na produção de álcool nos anos 1980 e 1990.

Todos esses elementos favoreceram a redução da vulnerabilidade externa do país, por meio da obtenção de superávits em transações correntes, durante cinco anos – revertida pelos impactos da turbulência financeira mundial de 2008 e 2009, nas correntes de comércio e de capitais –, e da zeragem contábil da dívida externa, conquistada graças à política de acumulação de reservas internacionais.

A ampliação do estoque de reservas se deu como tentativa de neutralização da apreciação do real, produzida pelos crescentes saldos comerciais positivos e pela entrada de capitais especulativos, estimulada pelas operações de arbitragem, caracterizadas pelo expressivo diferencial entre os juros domésticos *vis à vis* os internacionais. Aliás, a flagrante diminuição da exposição externa brasileira justificaria a qualificação de grau de investimento, conferida pelas instituições internacionais de classificação de risco.

Na verdade, a articulação do país com o estágio virtuoso da economia mundial incitou, em 2004, a deflagração de novas rodadas de elevações de juros internos, a radicalização do esforço de geração de superávits primários nas contas públicas e o aparecimento da proposta de alcance de déficit nominal zero, em um horizonte temporal de cinco anos, o que favoreceria o declínio estrutural dos juros, a acentuação da desinflação e a retomada dos investimentos.

A sugestão, interpretada como ajuste fiscal de longo prazo, feita por um dos principais assessores informais do governo, o então deputado e ex-ministro, Delfim Neto, e encampada por Palocci e pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, foi rechaçada pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em fins de 2005, que insistia ser tolerável algum afrouxamento no controle inflacionário em troca da fartura de recursos para investimentos e negligenciava a contenção fiscal e o choque de gestão.

Desde então, a inclinação ortodoxa, sem perder a peculiaridade de protagonista, ganhou a companhia de ingredientes pró-ativos. A predominância organizada da ortodoxia estava centrada nos objetivos de estabilização monetária, solvência do setor público e revigoração da posição externa brasileira, com a acumulação de reservas em moeda forte.

Para tanto, o BC, presidido e conduzido por Henrique Meirelles, fazia uso de instrumentos clássicos para o cumprimento do centro da meta de inflação anual de 4,5%, fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a obtenção de saldos primários nas finanças públicas e a preservação do regime de livre flutuação cambial.

Nesse caso, afigurou-se o evidente retorno do embate entre ortodoxos e desenvolvimentistas, característico de diferentes etapas da história econômica brasileira, principalmente no transcorrer da implantação, consolidação e exaustão do modelo de industrialização por substituição de importações, que começou nos anos 1930, em resposta aos efeitos da Grande Depressão de 1929 e da crise da cafeicultura, e encerrou na década de 1980.

A falência de um estilo de desenvolvimento, atrelado fundamentalmente ao mercado doméstico, com enorme presença e participação do Estado e progressivo grau de exposição financeira externa, foi decretada pela necessidade de ajustamento do balanço de pagamentos, em razão da interrupção dos fluxos financeiros voluntários de capitais internacionais para o país, no começo dos anos 1980.

Frise-se que a cessação da corrente de recursos forâneos foi determinada pela multiplicação da dívida externa a juros flutuantes, observada depois do II choque do petróleo, em setembro de 1979, contraída, em grande proporção, para a cobertura dos vultosos empreendimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), levado adiante durante a gestão do presidente Ernesto Geisel, entre 1974 e 1979.

Em um interregno pouco superior a meio século, chamaram atenção as polêmicas visando à formulação de alternativas e meios para adensamento da base industrial brasileira, sem lograr êxito na superação do subdesenvolvimento, e a celebração de pactos hegemônicos de poder, legitimados pela democracia ou forjados de maneira autoritária, e

definidores do papel a ser exercido pelos atores sociais e dos ganhadores e perdedores diretos com a nova configuração política.

Os embates mais destacados pela literatura econômica foram travados entre Roberto Simonsen (da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP) e o liberal Eugênio Gudín, no pós II Guerra Mundial; os entreguistas e nacionalistas, no governo Kubitschek (1956-1961); Mário Simonsen (Fazenda) e Reis Veloso (Planejamento), na gestão do II PND de Geisel; Mário Simonsen (Planejamento) e Delfim Neto (Agricultura), no governo Figueiredo, em 1979; e Dornelles (Fazenda) e Sayad (Planejamento), em 1985, nos primórdios do mandato de José Sarney, na inauguração da redemocratização do país, depois de 21 anos de ditadura militar.

Ainda que improvisados e desprovidos de matriz ideológica – o próprio presidente Lula, em entrevista ao jornal madrileno *El País*, em maio de 2010, reconheceu praticar a multi-ideologia –, os atributos desenvolvimentistas, disponibilizados pelo atual governo, foram dirigidos prioritariamente ao pagamento do passivo social do país.

Isso se tornou mais evidente a partir do último trimestre de 2005, quando se delineou um processo de recuperação da demanda interna, mediante o aproveitamento da maturação das alterações de caráter estruturais já citadas, maximizada na preservação do poder de compra da população, com a estabilização da inflação, na valorização do salário mínimo e na ampliação dos canais de inclusão, liderada pelo alargamento das iniciativas de transferência de renda à população mais pobre.

A par disso, a agenda de curto prazo passou a priorizar a redução dos juros e a ampliação da oferta e dos prazos do crediário, sobretudo com o alargamento da modalidade "em consignação" (tabela 1), mirando a revitalização do mercado doméstico, por meio da elevação dos níveis de emprego e de salários reais, inclusive com obtenção de reajustes acima da inflação pela maioria das categorias profissionais, por ocasião dos dissídios.

TABELA 1 - BRASIL - EVOLUÇÃO DA CONCESSÃO DE CRÉDITO PELO SISTEMA FINANCEIRO - 2001-2010

ANO	PROPORÇÃO DO PIB (%)	
	Crédito do Sistema Financeiro - Pessoas Físicas	Crédito do Sistema Financeiro - Total
2001	6,2	25,8
2002	6,0	26,0
2003	5,8	24,6
2004	7,0	25,7
2005	8,8	28,3
2006	10,0	30,9
2007	11,8	35,2
2008	13,0	40,8
2009	14,7	45,0
2010	14,9	46,2

FONTE: BCB

NOTA: De 2001 a 2009, os dados referem-se ao final do período. Em 2010, correspondem à posição do crédito no mês de agosto.

Por esse prisma, constataram-se mudanças relevantes na pirâmide social brasileira. Apurações da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelam, entre dezembro de 2002 e dezembro de 2009, encurtamento da participação das classes E e D, de 28,5% e 14,2%, do volume de população total, para 17,6% e 13,2%, respectivamente, e acréscimo das faixas A, B e C de 15,1% e 42,2% para 15,6% e 53,6 (tabela 2).

TABELA 2 - BRASIL - EVOLUÇÃO DA PIRÂMIDE SOCIAL - 2002/2009

CATEGORIA	FAIXA DE RENDA DOMICILIAR MENSAL (R\$)	POPULAÇÃO TOTAL (%)	
		2002	2009
E	Até 804,0	28,5	17,6
D	Acima de 804,0 até 1.115,0	14,2	13,2
C	Acima de 1.115,0 até 4.807,0	42,2	53,6
A/B	Acima de 4.807,0	15,1	15,6

FONTE: FGV

A rigor, o fenômeno da mobilidade pode ser traduzido não apenas pelo acesso das classes de menor rendimento a bens de consumo tidos como supérfluos (automóveis e televisores de tela plana), mas principalmente pelo uso do consumo como investimento para o alcance da impulsão social, prioritariamente nas despesas com roupas e educação. A classe C representa mais de 60,0% dos seguros, dos planos de saúde e do emprego de cartões de crédito no país.

Cálculos do Instituto Data Popular revelam acentuado alargamento da fatia da massa de rendimentos apropriada pelas famílias da categoria D da pirâmide social, entre 2002 e 2010, superando a classe B e ficando atrás apenas da faixa C. Em igual intervalo, os grupos E e A encolheram sua participação no montante total de rendimentos (tabela 3).

TABELA 3 - BRASIL - PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS NA MASSA DE RENDIMENTOS - 2002/2010

CATEGORIA	FAIXA DE RENDA MENSAL (R\$)	RENDIMENTOS TOTAIS (%)	
		2002	2010
E	Até 510,0	6,0	1,0
D	Acima de 510,0 até 1.530,0	15,0	28,0
C	Acima de 1.530,0 até 5.100,0	28,0	31,0
B	Acima de 5.100,0 até 10.200,0	21,0	24,0
A	Acima de 10.200,0	30,0	16,0

FONTE: Instituto Data Popular

Estimativas da MB Associados exibem que a expansão de 3,2% ao ano do PIB brasileiro, ao longo da década de 2000 (2000-2009) é explicada em 70,0% pelos dispêndios dos consumidores, 20,0% pelas despesas governamentais e 13,0% pelo investimento público e privado, com déficit de 3,0% nas contas de comércio externo (tabela 4).

TABELA 4 - BRASIL- PESO DOS COMPONENTES DA DEMANDA AGREGADA NA VARIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - 2000/2009

ITEM	PARTICIPAÇÃO (%)	
	2000/2009	2006/2009
Consumo das famílias	70,0	85,0
Gastos públicos	20,0	18,0
Investimentos	13,0	16,4
Comércio externo	-3,0	-19,4
Total	100,0	100,0
Incremento anual real	3,2	3,7

FONTE: MB Associados

Já, no intervalo 2006-2009, a variação de 3,7% a.a. (2,8% a.a. entre 2000 e 2005) dos patamares de atividade pode ser atribuída em 85,0% ao consumo das famílias, 18,0% às despesas correntes do setor público e 16,4% à formação de capital, com as importações líquidas configurando vazamento de renda de 19,4% do PIB. Apenas a título de cotejo, durante a gestão Lula, o PIB cresceu 3,5% a.a. (2003-2009) e 4,0% a.a. (2003-2010), considerando a previsão de expansão de 7,4% para 2010, contra 2,5% a.a. no período de FHC (1995-2002).

Adicionalmente, inferências da Quest Investimentos expõem o barateamento relativo e a ampliação do acesso a bens de consumo duráveis na década de 2000, a partir do exemplo dos automóveis populares comercializados por aproximadamente R\$ 25,0 mil. As estimativas demonstram que o desembolso para a aquisição do veículo caiu de 140,0 salários mínimos em 2000 para 54,0 em 2010. Ao mesmo tempo, a compra à prestação também denotou queda de gastos mensais de 7,0 mínimos em 2000 para 2,0 mínimos em 2010.

As simulações desagregam os componentes explicativos dos avanços em acréscimo real do salário mínimo (39,0%), declínio do preço efetivo do bem (36,0%) e alongamento dos prazos e redução do custo do crédito (25,0%). Especificamente quanto à queda do preço, houve peso crucial da subida das importações, facilitada pela mistura entre a situação de abertura comercial e a sobreapreciação do real, comprimindo o valor monetário teto dos veículos de luxo e, por extensão, dos populares.

Por um ângulo macro, inferências do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), acompanhadas de estimativas elaboradas pela FGV, com base, respectivamente, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e nos microdados contidos na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas efetuadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comprovam a pronunciada redução nos quadros de desigualdade na distribuição de renda, pobreza e miséria no Brasil, verificada desde a 2.^a metade dos anos 1990.

Tanto é assim que, entre 1993 e 2007, o coeficiente de Gini (indicador de concentração de renda, que varia entre zero e um, sinalizando desconcentração à medida que se

distancia da unidade) desceu de 0,602 para 0,552, e a razão entre a renda média mensal *per capita* apropriada pelos 10,0% mais ricos e os 40,0% mais pobres da população caiu de 24,1 para 17,2.

Em idêntico sentido, o contingente de pessoas integrantes da faixa de pobreza (renda *per capita* inferior a US\$ 1,25 por dia, de acordo com o critério de paridade do poder de compra)² diminuiu de 44,9% da população total em 1990, para 38,2% em 2002 e 28,0% em 2007. Enquanto a participação dos salários no PIB subiu de 40,8% em 2003 para 42,2% em 2007, a fatia dos lucros na formação da renda nacional bruta encolheu de 47,4% para 44,3% no mesmo intervalo, segundo apurações do IBGE.

Em contraposição, a apropriação da renda domiciliar *per capita*, pelos 10,0% mais pobres, passou de 0,77% para 0,88% do total, e pelos 10,0% mais ricos de 43,8% para 46,2%, o que corroboraria a hipótese da redistribuição mais de salários e menos de renda, especialmente por conta do achatamento dos proventos reais auferidos pela classe média, fortemente afetada pelo reduzido ritmo de crescimento econômico, e da produção de oportunidades de ocupação com menor nível de qualificação.

Em marcha igual, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008/2009, do IBGE, mostra que as despesas médias *per capita* dos 10,0% das famílias com maiores rendimentos mensais (R\$ 2.844,56) superavam em 9,6 vezes as dos 40,0% com menores rendas (R\$ 296,35) contra 10,1 vezes em 2002/2003. Já o poder de compra do salário mínimo subiu de 1,2 cestas básicas em 2003 para 2,3 em 2010, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), alcançando o maior nível desde 1979. O peso da alimentação nos orçamentos domésticos caiu de 33,9% em 1974-1975 para 20,8% em 2002-2003 e 19,8% em 2008-2009.

Porém, esse estágio positivo sofreu pronunciada inflexão no decorrer do 4.º trimestre de 2008 e 1.º de 2009, ocasião do contágio interno do colapso financeiro e comercial externo. Quando do seu surgimento, a crise foi minimizada pelas autoridades brasileiras para, em seguida, ser administrada de maneira equivocada, com a devolução de R\$ 100,0 bilhões dos recolhimentos compulsórios das instituições financeiras junto ao BC, sem a simultânea redução dos juros. Em contraposição à tendência mundial, a taxa selic foi majorada de 13,0% a.a. para 13,75% a.a.

Verificou-se adicionalmente a oferta oficial de dólares no mercado de câmbio, no intuito de sufocar os focos inflacionários associados à apreciação da moeda estrangeira e abrandar as perdas registradas por grandes empresas brasileiras atuantes nos mercados futuros e que apostaram excessivamente na continuidade da valorização do real.

Contudo, só a partir de dezembro de 2008 é que foram deflagradas iniciativas localizadas para a reversão da conjuntura recessiva, com a seleção dos ramos mais atingidos e merecedores de socorro, mediante a identificação da capacidade de pressão política, de

² OIT. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil**. Brasília, 2009.

geração de empregos e de produção de efeitos multiplicadores nos diferentes elos das cadeias produtivas.

As medidas pró-cíclicas concentraram-se na substituição do crédito externo por interno, com acréscimo da participação dos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES), abertura de flancos de socorro a bancos pequenos e médios em dificuldades e redução da taxa Selic de 13,75% a.a., em dezembro de 2008, para 8,75% a.a., em julho de 2009, repassada marginalmente aos juros finais nas linhas para consumo, giro e investimento fixo.

A parte fiscal foi acionada pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), visando incentivar a desova de estoques de automóveis (de dezembro de 2009 a março de 2010), eletrodomésticos de linha branca (de abril de 2009 a março de 2010), móveis (de dezembro de 2009 a março de 2010) e materiais de construção (de abril de 2009 em diante).

Nesse contexto, depois de reair mais de 4,0% entre outubro de 2008 e março de 2009, o PIB começou a acusar reativação, a partir do 2.º trimestre de 2009, acumulando variação de 5,1% no ano encerrado em junho de 2010, e de 8,9% no 1.º semestre de 2010, a maior em 14 anos. Tratou-se do mergulho recessivo mais profundo e da superação mais rápida entre todas as turbulências que assolaram o Brasil desde 1994.

Apurações da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio (UNCTAD), como resultado de pesquisas feitas junto a 236 companhias multinacionais e 116 agências de promoção de investimentos, colocaram o Brasil como a 3.ª prioridade no mundo para a concretização de projetos produtivos até 2012, atrás apenas da China e da Índia.

Mas as chances de a maior velocidade de crescimento da demanda interna ante a capacidade de oferta produzir pressões inflacionárias, na visão do BC, e principalmente de um apagão logístico, levaram a autoridade monetária a inverter a política de juros, elevando a Selic de 8,25% a.a. em abril de 2010 para 10,75% a.a. em julho de 2010.

Não obstante os indiscutíveis ganhos macro e microeconômicos, parecem ausentes da incursão proativa atual ações mais incisivas e convincentes para a recuperação das tarefas coordenadora e indutora do Estado, particularmente no que se refere ao planejamento de longo prazo.

Nesse sentido, um exame preliminar da versão 2010 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), lançada no final do mês de março pelo Presidente da República, permite constatar flagrante direcionamento ao atendimento dos objetivos de viabilização das chances eleitorais da ex-ministra chefe da Casa Civil, então pré-candidata do partido dos trabalhadores (PT) na disputa sucessória, Dilma Rousseff.

Tal postura sintetizava a propensão à busca intransigente de reedição de batalhas passadas, cotejando êxitos, fracassos e emissão de sinais da interferência oficial no tecido econômico e social, e o desprezo à discussão de propostas capazes de delinear cenários

futuros para o país. Ignorava-se, assim, a ocorrência de episódios e processos sociais relevantes, incorporando as inquestionáveis vitórias do governo atual, por meio também da colheita de frutos de sementes pretéritas ou do reforço de políticas adotadas por seus predecessores.

Porém, é prudente reconhecer que, nos dias de hoje, as conquistas anteriormente destacadas não conformariam grandes trunfos políticos. Mais precisamente, para uma fração considerável da sociedade brasileira, a democracia e a estabilidade monetária já representam variáveis do cotidiano, mesmo considerando que os expedientes empregados para a obtenção dos resultados estiveram longe do consenso técnico e político, incluindo oportunas alterações de posições ideológicas, do tipo “esqueçam o que escrevi” e “carta ao povo brasileiro”.

Por essa ordem de ideias, a concepção do PAC2 guarda apreciável semelhança com a do PAC1, ou o original. Lembre-se de que, logo após a obtenção da vitória na reeleição ao Palácio do Planalto, no final de 2006, o presidente Lula, inconformado com a ocorrência de 2.º turno naquele pleito, e preso à macroeconomia conservadora do BC, solicitou aos ministros Mantega, da Fazenda, e Dilma, da Casa Civil, a rápida preparação de um pacote para destravar a economia brasileira.

No final de 2006, a ideia básica era produzir o “espetáculo do crescimento”, prometido ainda no 1.º mandato, por ocasião das denúncias de corrupção contidas no Mensalão, que atingiram pessoas bastante próximas do mandatário do país. Na perspectiva oficial, a concretização daquele propósito dependeria da expansão média do PIB de 5,0% ao ano, resultado da impulsão das taxas de investimento de 15,0% do PIB entre 2003 e 2006 para 20,0% do PIB, durante o lapso de tempo compreendido entre 2007 e 2010.

Com base nessa orientação, aquelas autoridades, partindo do pressuposto da natureza eminentemente conjuntural da expressão pacote e da urgência em associar o governo Lula a compromissos de longo prazo, alicerçados na restauração dos conceitos e técnicas subjacentes ao exercício de planejamento, reproduzindo Vargas, Kubitschek e Geisel, decidiram reunir a programação de investimentos das estatais, especialmente da Petrobrás, para o horizonte 2007-2010, e os fluxos orçamentários contidos no Plano Plurianual (PPA), em um documento chamado PAC.

Um aspecto intrigante diz respeito a algumas simulações preparadas pelo BNDES, apontando, em caso de cumprimento pleno dos projetos do PAC, a obtenção de elevação de apenas 2,0 pontos percentuais na formação bruta de capital fixo do país, ou da taxa de investimento, e sentenciando a necessidade do alcance de inversões de 25,0% do PIB para ancorar incremento médio de 5,0% a.a. dos níveis de atividade.

Nessa ótica, é crucial entender a inexorabilidade do aborto de qualquer surto de crescimento, devido ao retardo temporal entre a realização (materialização da decisão) do investimento e a formação de efetiva capacidade produtiva, estimada entre seis meses e um ano para plantas do departamento 3 (bens salários, ou de consumo não duráveis e

semiduráveis), um a dois anos para unidades da seção 2 (fabricantes de bens de consumo duráveis) e superior a quatro anos para empreendimentos da base 1 do sistema, constituída por insumos básicos e bens de capital.

O mais gritante, porém, é que a evolução do PAC revelou-se modesta tanto na liberação dos recursos quanto na implantação dos empreendimentos, esbarrando em restrições gerenciais, orçamentárias, processuais (lei de licitações) e ambientais, que prejudicaram a presença de atores privados na operação de serviços sob a batuta do Estado. Com isso, o investimento subiu de 16,0% do PIB em 2007 para 18,7% em 2008, e declinou para 16,7% em 2009 em razão também dos desdobramentos domésticos da crise financeira internacional, que produziu um quadro de recessão entre o 4.º trimestre de 2008 e o 1.º de 2009, conforme já analisado.

Na prática, foram aplicados cerca de 40,0% dos montantes totais previstos pelo PAC, graças aos esforços da Petrobrás (cujos investimentos ascenderam de 1,2% para 2,0% do PIB entre 2006 e 2009), pois os desembolsos da União não passaram de 0,9% do PIB no período, mesmo com a prorrogação, até o final do exercício de 2010, do crédito subsidiado do Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI). Até os financiamentos de imóveis usados para pessoas físicas integraram a contabilidade do PAC, mesmo sem fazer parte da definição explícita de investimento.

Tais constatações são reforçadas pela observação da distribuição das despesas da União, entre 2001 e 2009 (tabela 5).

TABELA 5 - BRASIL - ESTRUTURA DAS DESPESAS EXECUTADAS PELA UNIÃO - 2001/2009

ITEM	PARTICIPAÇÃO (%)	
	2001	2009
Despesas Correntes	73,3	79,8
Pessoal e encargos sociais	19,9	18,8
Transferências a estados, DF e municípios	18,2	20,4
Benefícios previdenciários	22,8	26,8
Demais despesas correntes	12,4	13,8
Despesas de Capital	10,7	5,0
Investimentos	4,4	1,8
Aplicações financeiras	6,2	3,2
Juros e Encargos da Dívida Pública	16,1	15,2
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

A União compromete 80,0% do orçamento com dispêndios correntes (pessoal, encargos e previdência), 15,0% com o serviço da dívida e menos de 2,0% com investimentos. Para complicar, as sensíveis alterações da pirâmide etária brasileira, fruto da redução das taxas de fecundidade e do incremento da expectativa de vida da população, tornam o déficit da previdência uma verdadeira bomba relógio de efeito retardado.

Diga-se de passagem, o investimento público esteve longe de representar o papel de protagonista no desempenho recente da economia brasileira. Os dispêndios do PAC registraram acréscimo acima de 80,0% no 1.º semestre de 2010 ante o mesmo intervalo de 2009, por conta da necessidade de escape da legislação eleitoral, que impede a celebração de contratos de obras públicas depois do mês de julho.

De fato, a cena econômica foi roubada pela vigorosa subida das cotações das *commodities* agrícolas, minerais e metálicas no *front* internacional, devido ao forte incremento do consumo chinês, e pelas políticas domésticas de renda, incluindo a apreciação do salário mínimo e as transferências oficiais, capitaneadas pelo Bolsa Família, ainda não plenamente atreladas às iniciativas de melhoria da qualidade do ensino público e ao treinamento e qualificação do fator trabalho.

Nas circunstâncias atuais, o caráter confuso do PAC2 enfeixa a tentativa, pouco convencional, de forçar a incorporação de objetivos supostamente estratégicos na agenda do próximo presidente, o que pressupõe continuidade. Seu conteúdo engloba uma autêntica colcha de retalhos, ou um balcão de oportunidades, formado por obras de infraestrutura, algumas esboçadas no PAC1, a serem erguidas pelo governo ou iniciativa privada, por empreendimentos em habitação, com especial participação do programa “Minha Casa Minha Vida” e equipamentos urbanos, e por aplicações das companhias estatais, com ênfase à energia proveniente da extração e exploração do petróleo da camada pré-sal (campos de Tupi, Nordeste, Carioca e Iracema).

Os haveres deverão perfazer R\$ 1,6 trilhão até 2014, também oriundos dos detentores de ativos dos fundos de pensão, das rubricas orçamentárias, das disponibilidades do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) e de providências de desoneração fiscal.

No caso do pré-sal, a exploração de reservas, estimadas em 100,0 bilhões de barris, exigirá a capitalização de recursos superiores a R\$ 220,0 bilhões até 2014, o que esbarra nas dificuldades de subscrição de ações por parte da União, detentora de 32,0% do capital da Petrobrás, e impõe a cessão onerosa, marcada pela transferência de títulos públicos trocados pela produção de petróleo ao longo do tempo, ao preço de US\$ 8,50 o barril.

Por fim, convém ter presente que o PAC2 herdou cinco grandes problemas crônicos, interligados, e subjacentes ao funcionamento do Estado brasileiro. O primeiro embaraço compreende a perda do jeito de estabelecer referências futuras para as decisões presentes, aprofundada pela falência do planejamento de prolongada maturação e da capacidade de coordenação pública, e pelo carregamento equivocado da bandeira da peculiaridade estabilizadora das escolhas privadas.

Isso porque a tônica da operação dos mercados reside na imperfeição, conferindo às teses como a da “mão invisível”, de Adam Smith, o rótulo de exercícios de abstração baseados em pressuposições de modesta aderência empírica, especialmente na existência de estruturas de mercado em concorrência perfeita e no acesso homogêneo às informações, por parte dos agentes do sistema.

Todavia, é oportuno recordar aqui a tradição patrimonial/paternalista do estado brasileiro, concebido para viabilizar crescente e permanente deslocamento de renda aos atores integrantes ou coadjuvantes da aliança hegemônica de poder (oligopólios, concessionários, vencedores de licitações, entre outros), ao lado das ações poucos eficientes e, por vezes, coniventes, das estruturas montadas nas agências de regulação.

A segunda limitação equivale ao descaso com a característica antecedente assumida pelos investimentos em infraestrutura em relação às fases ascendentes do ciclo econômico e com os respectivos efeitos propagadores dinâmicos, particularmente a montante das cadeias dos bens de produção (insumos, serviços e máquinas e equipamentos).

Só a título de ilustração, a reativação da Telebrás, para compor o Plano Nacional de Banda Larga, reflete apenas o propósito de execução de investimentos marginais no aproveitamento de uma infraestrutura defasada, na contramão da tendência mundial de realização de vultosas inversões em fibra óptica para garantir a operação da internet em velocidades de 100 megabites por segundo. Sem contar os embaraços a serem provocados nos mercados, pois 20,0% das receitas das teles provêm de negócios com o governo.

Em contraste, o Plano Decenal de Expansão de Energia, formulado pelo Ministério das Minas e Energia (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), demonstra necessidades totais de investimentos de quase R\$ 1,0 trilhão no setor para amparar taxas de crescimento do PIB e do consumo de energia superiores a 5,0% a.a., o que corresponderia a mais um PAC2.

No entanto, ainda que objetivando minimizar as chances de ocorrência de colapsos no suprimento de energia, uma rápida observação das prioridades conduz à interpretação do delineamento de uma tendência de afastamento do uso de uma matriz mais limpa (quase metade das fontes atuais formada por hidrelétricas e biocombustíveis, especificamente álcool e biomassa), em favor do emprego de combustíveis fósseis (petróleo e gás), destinados às áreas de transporte e industrial, embalados pela onda do pré-sal.

O terceiro inconveniente reside na tímida competência governamental na execução de programas e projetos, resultado da insuficiente capacitação e profissionalização dos quadros técnicos da administração pública e da reduzida racionalidade e/ou exagerada interferência política na gestão orçamentária e financeira dos recursos fiscais, sobrecarregados pelos vultosos encargos incidentes sobre a dívida líquida oficial.

Esse último ponto foi agudizado por conta do relaxamento fiscal de 2010, explicado pelas imposições eleitorais, pelo impacto defasado dos benefícios aos funcionários públicos e da previdência social, e pela perseguição da maximização dos desembolsos de recursos dos bancos públicos, subsidiados pelo Tesouro Nacional, o que, na prática, representa uma espécie de orçamento paralelo, livre do crivo do Congresso Nacional, que quase restabelece a conta movimento operada pelo BB nos anos 1980 e encarece os juros cobrados pelos bancos comerciais nas linhas de crédito livres.

Decerto, essa anomalia poderia ser reparada com abrangente reforma financeira que promovesse maior competição entre os bancos e redução dos juros. Em grande medida, deveria ocorrer uma espécie de retorno às origens que buscasse a predominância dos financiamentos bancários sobre as emissões de bônus negociáveis, a separação das instituições comerciais dos demais agentes financeiros, o incentivo ao mercado de capitais e à concorrência interbancária e a imposição de limitações aos fluxos de capitais.

Os juros básicos reais brasileiros, os maiores do mundo – empregados para a rolagem de uma dívida, superior a R\$ 1,4 trilhão, de um governo que absorve mais da metade dos recursos captados pelos bancos –, encarecem o custo final do crédito, restringem a capacidade de investimento público e tornam volátil a atual trajetória de evolução do consumo privado movido a prazo.

Entre 2003 e 2010, o estoque de crédito total passou de 25,0% para 46,2% do PIB, e aquele destinado às famílias subiu de 6,0% para 16,0% do PIB em igual intervalo. Mesmo ficando abaixo da média internacional, superior a 100,0% do PIB, o incremento da concessão de crédito no Brasil contém um componente de risco, representado pelo seu enorme preço, 230,0% a.a. no cartão, 160,0% a.a. no cheque especial e 60,0% a.a. no desconto de duplicatas, por exemplo. Conforme estimativas do BC, as famílias brasileiras estariam comprometendo quase 40,0% dos seus rendimentos anuais com o pagamento de prestações.

O pior é que os juros elevados atraem capitais especulativos, com o pagamento de uma taxa Selic de 10,75% ao ano, 6,0 vezes acima da média mundial e superior à taxa de retorno da esmagadora maioria dos projetos produtivos. O ex-ministro Delfim Neto, um dos principais assessores informais do presidente Lula, afirmou, em recente artigo publicado no jornal Valor Econômico, que o Brasil seria o “último peru com farofa disponível no mercado financeiro internacional”.

Até porque as barreiras ao financiamento do investimento de longo prazo no Brasil, público e privado, especialmente à emissão de papéis de dívidas das empresas, ao lado do encolhimento do crédito bancário, têm forçado o avanço exponencial do BNDES em operações fortemente subsidiadas pelo Tesouro nacional (empréstimos por TJLP e captação pela Selic), perfazendo R\$ 208,0 bilhões em dois anos, direcionados a um reduzido número de grandes empresas, bastante competitivas e detentoras de escala financeira para a captação de recursos no mercado livre.

A contração dos recursos para financiamentos derivou da eclosão da maior crise do capitalismo em 80 anos, que derrubou as linhas externas, exacerbada pelo aumento da preferência pela liquidez por parte dos bancos, mesmo depois da devolução dos cerca de R\$ 100,0 bilhões dos depósitos compulsórios, no final de 2008, pelo BC, em razão das elevadas remunerações das carteiras hospedeiras dos papéis do governo.

A incidência de 22,5% de imposto de renda sobre os ganhos em aplicações em renda fixa para prazos inferiores a seis meses, e de 15,0% para períodos superiores a dois anos não tem se mostrado atrativa para a alavancagem de projetos de prolongada maturação temporal.

No tocante ao afrouxamento nos controles dos orçamentos, o superávit fiscal de 2009 foi o menor em onze anos e as despesas públicas subiram quase 20,0% nos primeiros oito meses de 2010, contra variação de 15,0% nas receitas. A armadilha dos juros altos mantém o governo, já bastante inchado, e pouco eficiente, refém do mercado financeiro.

Relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE), formada por 31 nações, entre avançadas e emergentes, denota que os funcionários públicos brasileiros representam cerca de 11,0% da força de trabalho total e absorvem 12,0% da massa de salários pagos no país, contra média mundial de 22,0% do contingente ocupado e 11,0% para salários. Em peso dos salários, o Brasil está à frente de 16 países, entre os quais figuram Reino Unido, Itália, Grécia, EUA e Alemanha.³

Isso prova que a Lei Complementar 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estaria bastante distante do alcance de um quadro de radicalização da eficiência nas finanças governamentais, nos diferentes níveis. A citada Lei foi instituída em 04 de maio de 2000, com a marca de buscar o enquadramento das instâncias públicas em patamares de gastos e de endividamento adequados, aspectos que a própria busca da racionalidade dos mercados, em uma economia capitalista, exige das organizações produtivas e dos consumidores.

Em curso contrário, a tônica é um regime fiscal frouxo, constituído por contínua e explosiva expansão das despesas públicas, bancada pela progressiva extração tributária dos agentes privados, especialmente depois da batalha política, travada no interior do governo, em 2005, entre os ministros Palocci e Paulo Bernardo e a titular da Casa Civil, Dilma Rousseff, sendo vencida por esta, conforme já apontado.

Ressalte-se, sobre esse assunto, que as teses da campanha eleitoral de 2010 acenaram apenas para a urgência de ativação de projetos de desobstrução dos gargalos de infraestrutura e para a elevação dos investimentos, bancada pela transferência de frações orçamentárias obtidas da revisão criteriosa dos contratos com fornecedores e do aumento da arrecadação, oriundo do combate rigoroso à sonegação e evasão fiscal.

A quarta limitação do PAC repousa no desprezo à relação histórica inversa entre carga tributária e somas de recursos alocados em iniciativas de modernização e ampliação do capital social básico. No certame de competitividade formulado pelo Fórum Econômico Mundial, em um painel de 139 países, o Brasil caiu da 56.^a posição em 2009 para a 58.^a em 2010, em razão da deterioração da infraestrutura, da elevada carga tributária e do deficiente aparato regulatório. Aliás, em tributo e regulação, o Brasil é o último da lista.

Na mesma marcha, mesmo tendo contabilizado substancial avanço no *ranking* de competitividade do The IMD World Competitiveness Yearbook (WCY) – preparado pelo IMD de Lausanne, na Suíça, para um painel formado por 58 países, liderados por Cingapura, Hong Kong e EUA –, passando da 49.^o para a 38.^a posição entre 2007 e 2010, o Brasil

³ A OCDE foi criada em 1961, como transformação da Organização para a Cooperação Econômica, instituída em 1948.

ainda lista as deficiências infraestruturais (48.^a básicas e 53.^a tecnológicas) e a excessiva burocracia (55.^a em legislação para negócios) como principais barreiras às operações empresariais em seu território. O aprimoramento da performance do país aconteceu em virtude do dinamismo do mercado interno (19.^o) e dos ganhos de produtividade privada, associados às práticas administrativas (22.^a) e às atitudes e valores das companhias (16.^a).

A série das contas nacionais do IBGE demonstra fardo de arrecadação de 23,3% do PIB e investimentos públicos de 4,4% do PIB em 1968, começo do milagre brasileiro, e de 22,2% e 3,2% do PIB, respectivamente, em 1989, ano da realização das primeiras eleições diretas à Presidência da República e da deflagração da hiperinflação. Já, em 2009, carga e inversão pública chegaram a 33,6% e 1,0% do PIB, respectivamente.

Exercícios estatísticos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) comprovam que, nos tempos atuais, o brasileiro trabalharia 148 dias por ano para pagar os impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, contra 76 dias na década de 1970. Em uma classificação mundial, o país ficaria atrás apenas da Suécia e da França, que trabalham 185 dias e 149 dias, respectivamente, para bancar a cota fiscal, mas possuem mecanismos eficientes de conversão de tributos em serviços de saúde, educação, infraestrutura e dispêndios sociais.

Ao destinar quase 41,0% dos rendimentos para a cobertura dos tributos, o brasileiro ficaria à frente do espanhol (137 dias), norte-americano (102 dias), argentino (97 dias), chileno (92 dias) e mexicano (91 dias). Essa constatação, ligada à reduzida qualidade no emprego dos impostos, sem a contrapartida adequada em saúde, educação, segurança e seguridade social, constitui forte estímulo à sonegação, à evasão fiscal e à informalidade.

Cumprir sublinhar que a mais recente reforma tributária efetuada no Brasil data de 1965, ocasião da introdução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), em substituição ao Imposto sobre Vendas Consignações e Transações (IVC) e do IPI. A Carta de 1988 preservou a essência do sistema e transformou o ICM em ICMS, com a inclusão dos serviços de transportes e comunicações na base de cálculo.

Além disso, a passagem do patamar de carga (recolhido pelas organizações e pago pelos cidadãos) de 25,0% do PIB, no começo dos anos 1990, encoberto pela superinflação, para mais de 35,0% atualmente, decorre da criação e/ou ampliação da abrangência de um conjunto de contribuições federais cumulativas, incidentes sobre a folha de pagamento e o faturamento das empresas, e o consumo de bens e serviços, não partilhadas com estados e municípios por não integrarem o fundo de participação.

O mais gritante é a ausência de propostas plausíveis de simplificação e racionalização de um sistema intrincado e regressivo, com enorme participação de tributação indireta que, ao penalizar uma base de renda estreita destinada ao consumo, deprime os orçamentos da população de menor nível de rendimentos e minimiza a participação da renda e do patrimônio. O imposto de renda representa 7,0% da arrecadação de impostos no Brasil contra 15,0% nas nações avançadas.

O quinto inconveniente abarca a absoluta incompreensão da necessidade de inserção estratégica do país na globalização produtiva da era da 3.^a revolução industrial, mais exigente no cumprimento dos requisitos de competitividade sistêmica e resultado de medidas que assumam maior envergadura do que pacotes pontuais e parciais, como a simplificação das normas cambiais e o estímulo às exportações, anunciados pelo governo em abril e maio de 2010, respectivamente.

Na verdade, sem mirar uma interferência direta na taxa de câmbio, as autoridades definiram a ampliação, de 360 para 750 dias, do prazo para aquisição adiantada de moeda estrangeira pelo Tesouro nacional, a extinção da aprovação prévia para algumas transferências internacionais e a permissão da manutenção fora do país dos haveres correspondentes às ações emitidas no exterior.

Na parte das exportações, os incentivos estariam concentrados na devolução de 50,0% dos créditos de PIS/PASEP, COFINS e IPI acumulados até 30 dias da data do pedido, para companhias cujas vendas externas representaram pelo menos 30,0% do faturamento total nos últimos dois exercícios, são exportadoras há mais de quatro anos e empregam nota fiscal eletrônica.

Também houve a eliminação do desconto de 40,0% no imposto de importação de autopeças (em seis meses), a isenção de impostos incidentes sobre as importações de insumos para produtos destinados ao mercado externo, e a instituição do EXIM Brasil, agência subsidiária do BNDES, dedicada a ancorar a realização de transações financeiras de longo prazo, na área de comércio exterior, com reduzida burocracia.

Em outros termos, as definições de calibragem das variáveis de crescimento devem considerar a premência de obtenção de um melhor alinhamento da estrutura de preços relativos, no sentido da diminuição do custo Brasil – que representaria 36,0% das despesas totais de produção, conforme estimativas do Sistema Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) –, com câmbio desvalorizado, infraestrutura adequada, tributos progressivos, juros reduzidos, diminuta burocracia e substanciais inversões em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

A propósito disso, 57,0% de uma amostra de 536 executivos de companhias multinacionais atuantes em 12 países e 18 ramos de atividades, pesquisados pela Consultoria Economist Intelligence Unit (EIU), mencionaram não possuir, nem pretender instalar, em curto prazo, unidades de P&D no Brasil. Mais que isso, 67,0% dos entrevistados indicaram ter desenvolvido no país, nos últimos três anos, entre zero e 10,0% dos produtos vendidos, devido à falta de estímulos à inovação e à deficiente formação de mão de obra.

Em simultâneo, segundo o Ministério da Educação, os docentes que acumulam três ou mais disciplinas no ensino médio subiram de 7,0% para 21,5% do total entre 2006 e 2009. Na mesma direção, apenas 11,0% dos estudantes, que concluíram essa etapa da vida educacional, possuem as noções de matemática julgadas adequadas.

Nessa perspectiva, o aperfeiçoamento da agenda econômica de não-ruptura, lançada a partir de 2003, também requer o aprofundamento de ingredientes que ensejem

nova mudança estrutural e adensamento da indústria do país, no sentido da ampliação da abrangência das atividades de maior agregação de valor, o que, por seu turno, impõe alterações no paradigma baseado em reduzidos níveis de poupança interna e elevados patamares de consumo (especialmente público) e vultoso déficit externo, derivado dos desequilíbrios na conta de comércio e da elevação das remessas de lucros e dividendos, não cobertos pelos fluxos de investimentos diretos estrangeiros (IDES).

Caso contrário, o país pode intensificar a tendência de desindustrialização relativa, evidenciada pelo contínuo declínio da participação da indústria no PIB total. A contribuição da indústria de transformação no valor adicionado da economia recuou de 19,2% em 2004 para 15,5% em 2009, atingindo o menor nível desde 1947, quando registrou 16,0% do PIB.

Esse fenômeno⁴ pode ser retratado também pela redução do peso dos produtos manufaturados na pauta de exportações e o avanço dos básicos e semielaborados, pela diminuta incorporação tecnológica, pela perda de demanda doméstica para itens importados em segmentos estratégicos, como bens intermediários e máquinas e equipamentos, em razão da ausência de condições isonômicas de competição entre organizações que atuam fora e dentro do Brasil, entre outros aspectos. Segundo cálculos da LCA Consultores, o peso dos importados no consumo total do país subiu de 16,6% em 2008 para 20,0% em 2010.

A esse respeito, o ex-ministro da Fazenda do governo Sarney, Luiz Carlos Bresser Pereira, vem sendo taxativo ao argumentar que, pelo andar da carruagem, a China está se transformando na fábrica do mundo, a Índia na produtora de *softwares* e o Brasil, na fazenda.

2 DINÂMICA RECENTE DA ECONOMIA DO PARANÁ

Ao longo das últimas cinco décadas, a economia estadual registrou profundas alterações quantitativas e qualitativas em suas bases de operação, particularmente com a construção da infraestrutura, nos anos 1960, a modernização agrícola e agroindustrial, a implantação de um parque cimenteiro, a expansão da indústria de papel e celulose, as instalações da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Refinaria de Petróleo Getúlio Vargas, no decênio de 1970, e o ciclo de diversificação de investimentos no segundo quinquênio da década de 1990.

De fato, desde o começo dos anos 1990, a economia estadual vem revelando enorme capacidade de sincronização com algumas modificações estruturais e espaciais verificadas no país. Pela ótica estrutural, destacam-se o aprofundamento da abertura comercial, os rearranjos técnico-produtivo-gerenciais das empresas, sobretudo privadas, a formação e a tentativa de consolidação do Mercosul, e a estabilidade monetária, que ampliou o horizonte temporal para o exercício de tomada de decisões dos agentes sociais.

⁴ As origens do diagnóstico de desindustrialização vêm da Holanda dos anos 1960, quando a elevação das exportações de gás provocou forte apreciação do florim e inviabilizou a manufatura local.

Do ângulo geográfico, sobressai a reorganização inter-regional da corrente de novos investimentos produtivos no território brasileiro, particularmente o deslocamento do crescimento do agronegócio do Centro-Sul no sentido das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, a implantação do polo automotivo do Nordeste, viabilizada por um coquetel de renúncias fiscais federais e estaduais, e o retorno dos movimentos de desconcentração da indústria do Sudeste em direção às cidades de porte médio e grande do Centro-Sul do país, próximas de São Paulo e do Mercosul, dotadas de infraestrutura adequada e com grande potencial nas áreas de ciência e tecnologia e qualificação de mão de obra.

A trajetória recente da economia estadual, e de seu ambiente institucional, confirma a opção pelo aprimoramento de ações e incentivos à sustentação e à diversificação da estrutura produtiva regional, capazes de contribuir para a diminuição da crônica subordinação a fatores exógenos ou episódicos (como as flutuações dos preços internacionais dos produtos primários e o clima), determinada por condições de funcionamento associadas a determinados ciclos econômicos.

Um breve balanço do desempenho da base econômica paranaense entre 2003 e 2009 permite a identificação da predominância de resultados derivados da combinação entre a decisiva influência da orientação macroeconômica do governo federal, que prejudicou especialmente a matriz produtiva exportadora e o agronegócio do Estado, e as posturas e ações políticas locais bastante discrepantes.

Por certo, é necessário reconhecer o encaixe institucional em princípios doutrinários de resgate de uma maior e mais agressiva participação estatal na organização e indução do sistema econômico, e de efetivação de alterações nas formas e nos itinerários de relacionamento entre o setor público e privado em áreas estratégicas, na direção da ampliação dos mecanismos de inclusão social e de distribuição de renda.

Tais incursões podem ser evidenciadas pela tentativa de reversão do processo de privatização da infraestrutura, sobretudo nos segmentos de energia e saneamento, pela implementação de programas como *Leite das Crianças*, *Luz Fraterna*, *Tarifa Social de Água* e *Trator solidário* (reprodução do Moderfrota nacional), pela instituição do salário mínimo regional e pela adoção de medidas de cunho fiscal, como a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as microempresas, desde 2003, e para uma lista de mais de 95,0 mil itens de consumo básico, a partir de 2009, como anteparo aos impactos da crise internacional.

Em consequência da maioria dessas atitudes, o Estado passou a acompanhar a marcha de expressiva geração de empregos formais que aconteceu no país, ainda que com reduzido grau de capacitação e remuneração, devido à forte concentração da variação positiva do contingente ocupado na faixa de rendimentos de até dois salários mínimos.

A participação do Paraná no Valor da Transformação Industrial (VTI), *proxy* do produto econômico do setor secundário, do Brasil, saltou de 5,2% em 1996 para 7,3% em 2008. Tal avanço assegurou ao Estado a quarta colocação no *ranking* das economias industriais regionais a partir de 2006, suplantando o Rio Grande do Sul (tabela 6).

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI), SEGUNDO PRINCIPAIS ESTADOS - 1996/2008

UF	PARTICIPAÇÃO NO VTI NACIONAL (%)	
	1996	2008 ⁽¹⁾
São Paulo	49,4	37,4
Minas Gerais	9,0	11,5
Rio de Janeiro	8,7	10,6
Paraná	5,2	7,3
Rio Grande do Sul	7,7	6,6
Bahia	2,7	5,1
Santa Catarina	4,5	4,3
Amazonas	3,3	3,8
Espírito Santo	1,3	2,7
Pará	1,2	2,1
Goiás	1,1	1,9
Brasil	100,0	100,0

FONTES: IBGE

(1) A pesquisa passou a ser universal para os estabelecimentos com 05 ou mais pessoas ocupadas e amostral para os demais.

Ainda assim, entre 2003 e 2008, o Paraná contabilizou redução de -1,5% ao ano em concentração de renda, aferida pelo coeficiente de Gini, calculado pelo IBGE, o que configurou o 2.º pior desempenho entre as unidades federativas do Sul e do Sudeste brasileiro, ficando à frente apenas de Santa Catarina, que experimentou queda de -0,5% a.a. contra -2,1% a.a. para o Brasil. Mas é preciso atentar para o fato de que o grau de concentração de renda no Paraná situa-se 7,4% acima do verificado em Santa Catarina.

No entanto, os ganhos foram prejudicados pela predominância de uma relação conflituosa entre as instâncias públicas e parcela dos agentes privados, e pela deterioração da infraestrutura, especialmente na área de transportes, variáveis-chave para a construção de um virtuoso ambiente de negócios e a preservação da competitividade do Paraná na atração de projetos estratégicos.

Paradoxalmente, a negligência com o *front* do capital social básico colide com o arrojado plantio da derradeira safra de inversões setoriais, entre 1991 e 1994, notabilizada por um conjunto de iniciativas públicas dirigidas à reparação e conservação de rodovias estaduais, à conclusão das obras da Usina Hidrelétrica de Salto Segredo, à duplicação da BR-376 no trecho Curitiba-Garuva, à reativação da ponte sobre o rio Paraná em Guaíra, ao término da Ferroeste entre Cascavel e Guarapuava, e ao início da construção da Hidrelétrica de Salto Caxias, inaugurada em 1998.

No caso das rodovias, o governo atual não conseguiu avançar na redução do preço do pedágio, cobrado pelas concessionárias que operam os serviços desde 1997. A alternativa pública retratada no programa de obras nas estradas estaduais, conhecido como “caminhos da liberdade”, ficou presa à burocracia e à falta de projetos e/ou recursos; e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, praticamente margeou o Paraná, processo facilitado pela tímida presença e influência política do Estado na órbita federal.

Por tais acontecimentos, o Paraná registrou apenas moderada inserção no estágio ascendente vivido pela economia internacional depois de 2002, acompanhado pelo Brasil a partir de 2005, o que pode ser evidenciado pelo declínio da participação do Estado no PIB nacional, de 6,4% em 2003 para 6,1% em 2009 (tabela 7).

TABELA 7 - PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ E BRASIL - 1995-2009

ANO	PIB (R\$ milhões)		PARTICIPAÇÃO PR/BR (%)
	Paraná	Brasil	
1995	40.194	705.641	5,70
1996	48.199	843.966	5,71
1997	53.014	939.147	5,64
1998	57.101	979.276	5,83
1999	63.389	1.065.000	5,95
2000	69.131	1.179.482	5,86
2001	76.413	1.302.135	5,87
2002	88.407	1.477.822	5,98
2003	109.459	1.699.948	6,44
2004	122.434	1.941.498	6,31
2005	126.677	2.147.239	5,90
2006	136.615	2.369.484	5,77
2007	161.582	2.661.345	6,07
2008	179.270	3.031.864	5,91
2009	186.457	3.143.015	5,93

FONTES: IBGE, IPARDES

Em paralelo, os níveis de produção e negócios cresceram 4,2% ao ano no país e 3,7% a.a. no Paraná, entre 2002 e 2008, tendo o Estado exibido a 6.^a pior performance do Brasil, superando apenas Santa Catarina (3,6% a.a.), Alagoas (3,5% a.a.), Rio Grande do Norte (3,5% a.a.), Rio de Janeiro (2,8% a.a.) e Rio Grande do Sul (2,6% a.a.), conforme a tabela 8.

No que tange às exportações, a contribuição do Estado para o valor total das vendas externas do país caiu de 9,8% em 2003 para 7,3% em 2009, fortemente afetada pela crise do agronegócio, entre 2004 e 2006, pela fragilização da base física de escoamento da produção e pelo declínio dos preços e do comércio mundial, associado à crise internacional. A perda de rentabilidade do agronegócio pode ser imputada à conjugação entre problemas climáticos (estiagens), fitossanitários (febre aftosa e gripe aviária), de mercado (flutuações dos preços externos) e de política econômica, particularmente o câmbio excessivamente apreciado (tabela 9).

TABELA 8 - BRASIL - TAXA GEOMÉTRICA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), SEGUNDO REGIÕES E ESTADOS - 1995-2008

REGIÕES/ESTADOS	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA (%)		
	1995-2008	1995-2002	2002-2008
BRASIL	3,0	2,0	4,2
NORTE	4,7	3,8	5,7
Rondônia	4,2	3,4	5,2
Acre	4,6	3,1	6,3
Amazonas	5,7	5,3	6,1
Roraima	4,5	4,1	5,0
Pará	3,9	2,7	5,3
Amapá	5,1	4,3	6,0
Tocantins	4,6	2,8	6,6
NORDESTE	3,3	2,1	4,7
Maranhão	4,0	2,0	6,5
Piauí	3,5	1,9	5,5
Ceará	3,2	1,7	4,8
Rio Grande do Norte	3,3	3,2	3,5
Paraíba	3,3	2,3	4,4
Pernambuco	2,8	2,0	3,9
Alagoas	2,4	1,4	3,5
Sergipe	3,5	2,6	4,6
Bahia	3,4	2,1	4,9
SUDESTE	2,7	1,4	4,1
Minas Gerais	3,1	2,2	4,3
Espírito Santo	4,7	3,9	5,7
Rio de Janeiro	2,1	1,5	2,8
São Paulo	2,6	1,1	4,4
SUL	2,9	2,6	3,2
Paraná	3,4	3,1	3,7
Santa Catarina	3,1	2,7	3,6
Rio Grande do Sul	2,3	2,0	2,6
CENTRO-OESTE	4,3	3,7	5,0
Mato Grosso do Sul	3,8	3,1	4,6
Mato Grosso	6,6	6,6	6,5
Goiás	4,2	3,4	5,0
Distrito Federal	3,8	3,3	4,5

FONTE: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

TABELA 9 - PARANÁ - PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1990/2009

ANOS	PARTICIPAÇÃO %
1990	5,9
1994	8,1
2000	8,0
2004	9,7
2005	8,5
2006	7,3
2007	7,7
2008	7,7
2009	7,3

FONTE: SECEX/MDIC

Mesmo assim, é perceptível a ocorrência de acentuada diversificação estrutural da pauta exportadora do Estado, mediante a ampliação da participação de material de transporte, carnes e açúcar no valor total das vendas externas, neutralizada temporariamente pelos reflexos da instabilidade financeira externa em 2009 (tabela 10).

TABELA 10 - PARANÁ - EXPORTAÇÕES SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - 1997/2009

GRUPO DE PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO %		
	1997	2008	2009
Complexo soja	49,5	28,6	29,0
Material de transporte e componentes	4,7	16,1	9,5
Complexo carnes	4,3	13,2	11,4
Madeiras e manufaturas de madeira	6,4	2,5	2,0
Cereais	0,8	2,9	2,8
Máquinas e instrumentos mecânicos	6,1	5,0	5,4
Açúcar	3,1	3,5	6,0
Produtos químicos	1,6	3,1	3,0
Derivados de petróleo	1,4	3,1	1,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: MDIC/SECEX

Entretanto, o maior passivo produzido pelo Estado nos tempos recentes foi o escape da chance de restauração de uma linha estratégica e de intensificação do uso de instrumentos de planejamento público, como elementos definidores da correção das distorções e imperfeições do tecido econômico e social, ocasionadas pela exacerbação da predominância do livre jogo das forças de mercado, e indutores da multiplicação das vantagens competitivas dos diferentes espaços regionais.

Nesse sentido, os maiores desafios à restauração da capacidade de crescimento sustentado da economia paranaense estariam centrados em algumas ordens relevantes de prioridades.

3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PARANÁ

O adequado aproveitamento dos grupos de potencialidades oferecidas ao Estado e a multiplicação dos seus dotes competitivos dependeriam do simultâneo encaminhamento da correção de algumas restrições à ampliação da base produtiva operante no território paranaense, o que, por seu turno, exigiria a intensificação de atitudes políticas em algumas direções convergentes.

Não existem dúvidas quanto ao caráter crucial da ampliação e modernização da rede de infraestrutura do Paraná, de forma a recuperar a competitividade na atração de empresas e na expansão do parque produtivo já operante no território, com apreciáveis desdobramentos na formação da renda, no mercado de trabalho e na integração intrarregional, inclusive com especial atenção aos trechos rodoviários secundários e vicinais.

Igualmente importante, seria a expansão da oferta de bens e serviços públicos, especialmente nas áreas da saúde, educação e habitação popular, de forma pulverizada pelo território estadual, priorizando as regiões com menor grau de desenvolvimento humano, objetivando minimizar os fluxos migratórios, criar oportunidades de trabalho e restabelecer um clima favorável aos negócios e à inclusão social.

Seria oportuna a multiplicação da capacidade de competição privada, sobretudo das empresas de média e pequena dimensão, e da qualificação da mão de obra, conforme as peculiaridades e aptidões dos diferentes espaços regionais, com ênfase para a experiência cooperativa acoplada aos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Não pode ser mais adiada a indução de maior desconcentração geográfica das atividades produtivas, por intermédio do reforço das inversões em infraestrutura física, científica e tecnológica, e em programas de capacitação de mão de obra; da utilização de linhas de crédito oficiais subsidiadas, particularmente aquelas disponibilizadas pelo BNDES, inclusive para gestão organizacional; e de incentivos fiscais, alocados em atividades com pronunciado grau de geração de emprego.

O Estado também necessita de ampliação da base em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), mediante a busca de articulação entre as ações do setor público e da iniciativa privada, visando incrementar as vantagens competitivas nas áreas nobres da produção e difusão dos ativos ligados ao conhecimento, com substancial participação das instituições estaduais de ensino superior, dos institutos de pesquisa, da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Ênfase especial deve ser dispensada à modernização e multiplicação das oportunidades turísticas do Estado, aproveitando os potenciais de geração de emprego e renda proporcionados pela natureza transversal da atividade, e a possibilidade de disseminação de ações envolvendo a terceira idade e a população em idade escolar. É vital ainda a implantação de políticas sociais compensatórias para as regiões pobres, acopladas à perseguição da descoberta de fatores de mudança, com a participação de entidades de representação política descentralizadas, como fóruns, associações, conselhos, etc.

Afigura-se imprescindível a concessão de incentivos à diversificação da matriz energética, com a intensificação do emprego de álcool e biodiesel, e ao adensamento do perfil industrial do Estado, por meio do aprofundamento da complementaridade dos ramos metal-mecânico e eletroeletrônico, especialmente das atividades de subfornecimento da área automotiva.

É importante perseguir a elevação da produtividade e a diversificação agrícola, através de orientação gerencial e de fornecimento de assistência técnica, extensão rural e crédito subsidiado aos pequenos produtores, para a viabilização da produção familiar rural, particularmente com a consolidação da fruticultura, e da acentuação da verticalização das cadeias agroindustriais, na direção da instalação das etapas finais de beneficiamento e da maior adição de valor à produção, mediante o aproveitamento da estrutura cooperativista existente no Estado.

A despeito do crescimento da agricultura nas regiões de cerrado, o Estado conseguiu preservar, durante quase toda a década atual, a participação de aproximadamente 15,0% no valor da produção agrícola brasileira, superior, por exemplo, à contribuição contabilizada ao longo dos anos 1990. Entretanto, a combinação entre forte estiagem e declínio da demanda e dos preços externos, em decorrência da crise mundial, explica o abrupto recuo do peso relativo verificado em 2009. Com isso, o Paraná caiu do 2.º para o 4.º posto no *ranking* nacional, situando-se atrás de São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul (tabela 11).

TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL - 1990-2009

ANO	PART. (%)	ANO	PART. (%)
1990	12,9	2000	12,7
1991	10,1	2001	13,1
1992	10,3	2002	13,1
1993	10,3	2003	15,4
1994	12,1	2004	14,1
1995	10,8	2005	12,1
1996	14,2	2006	11,8
1997	13,2	2007	13,5
1998	13,3	2008	14,8
1999	14,4	2009	11,8

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

NOTA: Inclui 31 lavouras permanentes e 33 temporárias.

Por fim, seria estratégica a busca do restabelecimento do equilíbrio estrutural das contas públicas e, conseqüentemente, da recuperação do poder de gasto e de investimento do governo nos campos econômico e social, bastante prejudicado pelo predomínio das rubricas correntes na execução dos orçamentos (tabela 12).

TABELA 12 - PARANÁ - ESTRUTURA DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - 2002/2005/2009

ITEM	PARTICIPAÇÃO (%)		
	2002	2005	2009
Despesas Correntes	85,0	86,3	87,6
Pessoal e Encargos Sociais	44,2	46,0	48,4
Outras Despesas Correntes	40,8	40,3	39,2
Despesas de Capital	9,2	8,5	8,9
Investimentos	9,0	8,0	5,0
Aplicações Financeiras	0,2	0,5	0,7
Juros e Encargos da Dívida	5,8	5,2	3,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Nessa perspectiva, parece imprescindível ainda o exercício de pressões ativas para a reconstrução dos pilares de presença e influência política paranaense junto à esfera federal (Executivo e Legislativo), na defesa legítima de programas e projetos essenciais ao

desenvolvimento do Estado – como a luta contra o passeio do ICMS da energia elétrica e a exígua participação no rateio dos recursos do Orçamento da União –, e na busca de reconstrução dos ingredientes básicos de uma retaguarda de fomento, campos férteis em um país desprovido de políticas de desenvolvimento há mais de três décadas.

A tímida capacidade de interferência política das instituições do Estado na órbita federal, apesar da ocupação das pastas do Planejamento e da Agricultura, durante parte relevante do tempo do governo Lula, e a aparente ausência de empenho dos atores locais na direção da preservação e/ou busca de consolidação de atividades motrizes, estariam na raiz de eventos negativos que vêm atingindo o Paraná.

Entre eles, vale grifar a deterioração das condições de operação dos ramos madeireiro e de minerais não-metálicos, afetados pela política cambial. O *mix* entre câmbio valorizado e crise imobiliária dos EUA forçou o encerramento das atividades da fábrica de estruturas de madeira da chilena Arauco, localizada no município de Arapoti (Centro-Oriental), a maior do país, e a venda das instalações para a sueco-finlandesa Stora Enso.

O atraso cambial também foi responsável pela realização de compras de peças fundidas da Índia, por parte da multinacional Volvo, e pela redução da produção e do emprego da indústria cerâmica de Campo Largo, pois as porcelanas importadas da China ingressam no mercado brasileiro a preços 60,0% inferiores aos da produção nacional. O polo de Campo Largo responde por 83,0% da produção de louças da América Latina.

Ainda nessa ordem de limitações surge a transferência do grupo paranaense Britânia, fabricante de eletrodomésticos, para o parque de Camaçari, na Bahia,⁵ produtor de polipropileno, e a decisão da multinacional sueca Tetra Pak, de ampliar em 25,0% a unidade de Monte Mor (São Paulo) em detrimento da paranaense sediada em Ponta Grossa.

Vale mencionar também a ausência de garantia de viabilização de uma planta de polipropileno no território estadual, a partir do estabelecimento de propeno da Petrobrás (integrante de um megainvestimento de US\$ 6,1 bilhões, iniciado em 2007 em Araucária), em razão dos laços da estatal com a Polibrasil, no polo do Rio de Janeiro.

A companhia já concretizou ¼ das inversões programadas para expansão de 10,0% da capacidade da unidade industrial de Araucária (que passará de 32,0 para 35,0 milhões de litros por dia), na instalação de plantas de coque calcinado (matéria-prima para as indústrias de siderurgia, celulose e cerâmica) e de tratamento do diesel, gasolina (com reduzido teor de enxofre), propeno e solventes (hexano), no processamento de petróleo bruto extraído no Brasil, mais pesado que o importado, na construção de tubulações, cabos elétricos e de comunicação, e em unidades para coleta e tratamento de efluentes para armazenamento de produtos, caldeira e casa de controle.

⁵ A empresa já regressou a Joinville.

Embora a empresa Suzano Petroquímica tenha manifestado interesse em instalar uma unidade de polipropileno no Paraná, com um projeto de investimento superior a US\$ 200,0 milhões e volume de produção de 200,0 mil toneladas/ano, o suprimento de propeno pela Refinaria de Araucária, estimado em 150 mil toneladas/ano, representa metade da quantidade requerida pela Suzano para operar acima do ponto de equilíbrio.

Em idêntico sentido, desfilaria a perda das fábricas japonesa de pneus Yokohama, provavelmente para São Paulo, a norte-americana Guardian, produtora de vidros, e a japonesa Toyota para o interior de São Paulo. A decisão da Toyota de efetuar investimentos estimados em US\$ 1,0 bilhão em SP, destinados à construção de plantas de automóveis pequenos e de motores, foi influenciada, em grande medida, pela disponibilidade de um parque fornecedor de autopeças.

Essencialmente, os elementos determinantes, ou ao menos orientadores, dos surtos econômicos verificados entre o final dos anos 1960 e o começo dos 1980, e no período 1995-2002, representariam verdadeiras barreiras à atração de capitais produtivos para o território estadual, em razão da flagrante debilidade da malha de transporte rodoviário, da insuficiência e das restrições do modal ferroviário e dos problemas físicos e gerenciais da base portuária.

Na falta dos mecanismos de articulação política, o Estado ficou quase à margem do enfraquecido PAC, carente de recursos para obras prioritárias como a dragagem do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, para aprofundamento do calado dos berços de atracação; a 2.^a ponte internacional em Foz do Iguaçu; a expansão das pistas, do sistema de pátios e do terminal de cargas do Aeroporto Afonso Pena.

Igualmente sem perspectivas concretas de execução encontram-se o trecho ferroviário entre Guarapuava e Ipiranga, conectando-se à ferrovia Central do Paraná; a pavimentação da BR-487, ou Estrada Boiadeira, entre Porto Camargo e Cruzeiro do Oeste; as hidrelétricas do Baixo Iguaçu, Telêmaco Borba, Tijuco Alto e Salto Grande, entre outros. Acrescente-se a necessidade de retomada das discussões acerca da revisão dos contratos de concessões rodoviárias no Estado, visando à redução do valor das tarifas.

Essa propensão já pode ser comprovada pela queda da participação do Paraná no valor das obras e serviços das empresas de construção do país entre 1996 e 2006, diante do avanço das demais unidades federativas da Região Sul. Frise-se que a mudança de posição verificada em 2007, em favor do Paraná, decorre basicamente dos efeitos do empreendimento da Petrobrás (tabela 13).

TABELA 13 - BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DAS OBRAS EXECUTADAS, SEGUNDO REGIÕES E PRINCIPAIS ESTADOS - 1996/2008

REGIÕES/ESTADOS	DISTRIBUIÇÃO (%)			
	1996	2006	2007	2008
Norte	3,2	7,5	3,8	3,3
Nordeste	12,9	15,1	12,4	12,0
Bahia	4,0	5,8	4,2	4,3
Sudeste	66,2	56,3	65,0	65,9
Minas Gerais	9,4	10,6	13,4	13,3
Espírito Santo	2,1	4,0	2,1	1,9
Rio de Janeiro	14,8	10,8	14,0	13,4
São Paulo	39,9	30,9	35,4	37,3
Sul	10,8	11,8	11,7	11,6
Paraná	5,8	4,1	5,2	4,7
Santa Catarina	1,8	3,0	2,8	3,1
Rio Grande do Sul	3,2	4,7	3,7	3,8
Centro-Oeste	6,8	9,4	7,1	7,2

FONTE: IBGE

4 RESTRIÇÕES EXTERNAS REGIONAIS AO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ

As perspectivas de crescimento e diversificação da economia estadual esbarram também em barreiras regionais exógenas, demonstradas pelas redefinições inter-regionais dos investimentos produtivos no Brasil. Por um lado, percebe-se o desenho de uma tendência de estagnação da Região Sul, por conta de obstáculos fiscais e infraestruturais, a permanência dos entraves nas áreas de transporte e energia no Centro-Oeste e Norte, e nítidos sinais de fadiga emitidos pelas alavancas fiscais da expansão do Nordeste, expressas no salário mínimo, nos benefícios da previdência e no programa Bolsa Família.

Por outro, vislumbra-se forte recuperação do poder competitivo da Região Sudeste, devido aos impactos das inversões do pré-sal, dos dispêndios voltados à organização e viabilização dos eventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), e dos projetos em segmentos de ponta, na indústria e nos serviços.

A par disso, verifica-se drástica redução do poder de fogo das administrações estaduais na garimpagem de novos projetos, com a expressiva diminuição da utilização do ICMS como ferramenta para atração industrial. Essencialmente, a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, desde o ano de 2000, as restrições impostas aos fluxos de caixa pelo fim da hiperinflação e o pronunciado comprometimento dos orçamentos com os serviços dos passivos pretéritos, estariam por trás desse fenômeno.

Enquanto os empreendimentos do pré-sal, e seus desdobramentos na fabricação e no fornecimento de equipamentos, irão exibir aglutinação natural no Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, e as plantas ligadas aos acontecimentos esportivos favorecerão primor-

dialmente o Rio de Janeiro, as atividades de maior densidade tecnológica encontrarão o destino econômico mais adequado no Estado de São Paulo.

É inegável a contabilização de cacifes estruturais em São Paulo, com ênfase para o tamanho e a qualidade dos mercados de suprimento (peças, partes, componentes e bens de capital) e de consumo, a disponibilidade de fator trabalho qualificado e a logística infraestrutural, atrelados ao fenômeno da interiorização, que abarca regiões situadas fora do eixo metropolitano, em um raio de aproximadamente 100 quilômetros até Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba.

Acrescente-se o potencial de multiplicação de ganhos com a exploração dos recursos do pré-sal, em Santos e Caraguatatuba, municípios que serão beneficiados pela implantação e expansão de atividades nos campos do conhecimento, criação e redução de carbono.

A título de melhor qualificação dos trunfos de São Paulo, de acordo com cálculos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), os 10 maiores Índices de Desenvolvimento Municipal (*proxy* do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH) do Brasil, relativos ao ano de 2007, são ostentados por cidades paulistas. Entre os 50 municípios brasileiros detentores de índices mais elevados, apenas 4 não estão localizados em São Paulo. São eles: Macaé (11.º - Rio de Janeiro), Jaraguá do Sul (26.º - Santa Catarina), Ouro Branco (40.º - Minas Gerais) e Curitiba (47.º - Paraná).

Mais especificamente, 142 municípios paulistas, 22,0% do total, possuem índices de desenvolvimento superiores a 0,8 (considerado de elevado desenvolvimento), contra 20 (5,0%) no Paraná, 17 (5,8%) em Santa Catarina, 14 (1,6%) em Minas Gerais, 12 (2,4%) no Rio Grande do Sul e 9 (9,8%) no Rio de Janeiro, tomando-se apenas as unidades mais industrializadas (tabela 14).

TABELA 14 - BRASIL - NÚMEROS DE CIDADES COM ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL ACIMA DE 0,8 SEGUNDO PRINCIPAIS ESTADOS - 2007

ESTADO	MUNICÍPIOS		
	Índice de 0,8 acima (A)	TOTAL (B)	A/B*100
São Paulo	142	645	22,0
Paraná	20	399	5,0
Santa Catarina	17	293	5,8
Minas Gerais	14	853	1,6
Rio Grande do Sul	12	496	2,4
Rio de Janeiro	9	92	9,8
Espírito Santo	4	78	5,1
Goiás	4	246	1,6
Bahia	2	417	0,005
Mato Grosso	2	141	0,01

FONTE: FIRJAN

A tese do empuxe paulista inclui a expansão e modernização de ramos tradicionais (automóveis, produtos químicos e bens de capital) e a instalação de novos, mediante o aproveitamento de potenciais encadeamentos nas áreas de saúde (produtos farmacêuticos e veterinários, equipamentos médicos e odontológicos, e avançados serviços hospitalares, laboratoriais e de diagnósticos), biocombustíveis, atividades financeiras e retaguarda de criação (publicidade, propaganda, *design*, arquitetura, engenharia, internet, cultura, etc.)

O emprego de tais atributos já pode ser identificado em alguns fatos recentes, como a conquista do projeto da Toyota, em 2009, disputado com os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco.

Acrescente-se o conteúdo das condutas expansionistas e/ou modernizadoras anunciadas pela Volkswagen, Ford e GM, nos limites geográficos de São Paulo, mesmo possuindo estabelecimentos de ponta no Paraná, Bahia e Rio Grande do Sul, respectivamente. Efetivamente, à exceção da Fiat, sediada em Minas Gerais, as demais bases regionais de fornecimento mostram-se precárias, mais vinculadas à montagem do que à produção manufatureira. Incluam-se nesse grupo de limitações a Peugeot e a Citroën, no Rio de Janeiro.

Outro fator locacional orientador foi a instituição do Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, visando ao incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica como apoio às operações industriais. O governo estadual tenciona instalar unidades em municípios como Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, São José dos Campos, Piracicaba e São Paulo, além de ampliar a Faculdade de Tecnologia (Fatec) e a Escola Técnica (Etec), de Sorocaba, para suprir eventuais carências de mão de obra especializada.

Por fim, a adesão do governo do Estado de São Paulo à participação no espetáculo da guerra fiscal, na condição de protagonista, tende a otimizar o grau de competitividade da porção de maior envergadura econômica do país. Mais precisamente, em junho de 2008 foi editado o Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor (Proveículo), que permite às empresas a utilização dos créditos acumulados do ICMS até 2010 para o pagamento de bens de produção, e do ICMS incidente sobre importações de bens destinados ao ativo fixo e à realização de investimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira registrou moderada alteração de nível de crescimento desde 2004, fruto da intensificação da inserção externa de certos ramos industriais, sobretudo aqueles articulados à produção agropecuária e mineral, e da colheita de alguns ativos sociais, cujas sementes foram plantadas no transcorrer dos últimos dois decênios e meio, principalmente a desinflação e as políticas de transferência de renda.

No entanto, a experiência internacional enuncia restrições à longevidade dos modelos de expansão calcados em elevado consumo doméstico (público e privado), déficit externo e reduzidos níveis de poupança interna. Nesse sentido, a não transformação da atual fase de recuperação do crescimento em mais um episódio de “vão da galinha” exige a viabilização, de forma concatenada, de três ingredientes macroeconômicos: a melhoria do ambiente de negócios, a promoção das reformas microeconômicas (tributária, fiscal, previdenciária, administrativa, trabalhista, etc.) e a elevação da taxa de investimento, sobretudo em infraestrutura.

No Paraná, as âncoras do crescimento econômico têm repousado no funcionamento dos complexos petroquímico, automotivo, soja, carnes e sucroalcooleiro, e nos desdobramentos sobre um setor terciário bastante heterogêneo, que abarca desde atividades de serviços domésticos até bancos e comunicações, mas que vem sendo marcado pela inclusão e consolidação de peças da fronteira tecnológica, como laboratórios, experimentação e adaptação.

Mesmo assim, permanecem presentes algumas limitações relevantes ao adensamento e diversificação da estrutura produtiva regional, especialmente a pronunciada aglomeração industrial na faixa geográfica polarizada pela RMC, particularmente no eixo Paranaguá - Curitiba - Ponta Grossa; a reduzida complementaridade interindustrial dos ramos metalmeccânico e eletroeletrônico; e a perda de identidade empresarial regional.

Emergem ainda como problemas sérios a menor intensidade de elevação da produtividade e de diversificação agrícola, em decorrência da exaustão das terras mais adequadas ao processo produtivo no Estado e da maior competitividade das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país; as apertadas condições de equilíbrio das finanças públicas, com a conseqüente imposição de obstáculos à inversão em capital social básico, notadamente na área de educação; a continuidade do êxodo rural, por conta do prosseguimento da mecanização da agricultura e da crescente inviabilização econômica de algumas atividades rurais; e a tímida participação e intermediação do Estado paranaense junto à esfera federal.

A par disso, identifica-se o desenho de uma restauração do poder competitivo da Região Sudeste na geografia econômica brasileira, a partir das expectativas de absorção de vultosas cifras de recursos para os projetos do pré-sal, dos impactos dos empreendimentos ligados aos acontecimentos esportivos e da multiplicação das vantagens comparativas desfrutadas pelo interior do Estado de São Paulo, antes neutralizadas pelo cacife infraestrutural das unidades federadas do Sul e pelo emprego indiscriminado dos incentivos fiscais.